

AS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS E O CONTEXTO ESCOLAR: Avanços, Retrocessos e Perspectivas no Brasil.

Keylla Kelvin Gomes de Oliveira*
Suzana Coelho Conceição**

Resumo: O objetivo geral deste trabalho é analisar os principais avanços, retrocessos e perspectivas da relação entre a escola e as famílias homoafetivas, e os objetivos específicos tratam de discorrer sobre as atuais configurações familiares, conhecer a realidade das famílias homoafetivas no contexto escolar e relacionar as manifestações de LGBTIfobia entre a escola e as famílias homoafetivas. A pesquisa se configura quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratória, que possibilita maior conhecimento sobre o tema e proporciona maior aprofundamento sobre as questões relacionadas à problemática. Após a análise dessa temática, podemos considerar que as famílias homoafetivas ainda sofrem diversas maneiras de LGBTIfobias, seja por parte de discentes, servidores/as ou de outros/as pais/mães. O padrão heteronormativo resiste na sociedade brasileira na qualidade de norma norteadora e no contexto escolar não poderia ser diferente.

Palavras-chave: Famílias homoafetivas. Homoparentalidade. Contexto escolar.

Abstract: The general objective of this work is to analyze the main advances, setbacks and perspectives of the relationship between the school and homosexual families, and the specific objectives are to discuss current family configurations, to know the reality of homosexual families in the school context and to relate the manifestations of LGBTIphobia between the school and homoffective families. The research is configured in terms of objectives, as an exploratory research, which allows greater knowledge on the subject and provides greater depth on the issues related to the problem. After analyzing this theme, we can consider that homoffective families still suffer from different forms of LGBTIphobia, whether on the part of students, servants or other fathers/mothers. The heteronormative pattern resists in Brazilian society as a guiding norm and in the school context it could not be different.

Palavras-chave em língua estrangeira: Homoffective Families. Homoparenting. School context.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, a relação da escola com as famílias têm sido um tema extenso de debates acadêmicos. No entanto, no que se refere a como isso se

* Bacharela em Humanidades, Pedagoga. Pós-graduanda em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. keyllakelvin@hotmail.com.

** Assistente Social, Educadora. Orientadora de TCC do curso de especialização em gênero, diversidade e Direitos Humanos da UNILAB. E-mail: szcoelho@hotmail.com

relaciona com famílias homoafetivas, se faz necessário aprofundar e analisar o que vêm sendo produzido.

A realização do presente trabalho, se torna necessário sobretudo para dar visibilidade à existência de famílias homoafetivas no contexto escolar. Num país como o Brasil, onde diariamente registra-se números¹ consideráveis de casos de LGBTIfobia², torna-se necessário abrir para debate a presente temática em diferentes âmbitos da sociedade. Principalmente quando se fala sobre família, a sociedade mais conservadora se recusa aceitar as diferentes maneiras de se constituir uma família, de maneira a discriminar uma parcela da população que não segue o padrão heteronormativo³ desejado.

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise dos principais avanços, retrocessos e perspectivas da relação entre a escola e as famílias homoafetivas. E os objetivos específicos tratam de discorrer sobre as atuais configurações familiares, conhecer a realidade das famílias homoafetivas no contexto escolar e relacionar as manifestações de LGBTIfobia entre a escola e as famílias homoafetivas, orientando-se para a seguinte questão norteadora: Como se dá a relação entre a escola e as famílias homoafetivas?

Portanto, busca-se empreender uma análise bibliográfica de pesquisas já realizadas sobre a relação entre a escola e as famílias homoafetivas. E colocar em pauta como vêm acontecendo estas relações dentro do ambiente escolar, partindo de alguns questionamentos: Quais os principais avanços ou retrocessos em relação a essa temática? Como as escolas que sempre apresentaram padrões heteronormativos lidam com as diferentes configurações familiares? Como os preconceitos se manifestam?

Nessa perspectiva, o presente trabalho pretende contribuir com as análises e reflexões realizadas a partir desta pesquisa. Sabe-se que quanto mais pesquisas forem produzidas a respeito desta temática, mais pessoas terão acesso

1 Em 2020 foi registrada 237 mortes motivadas pela LGBTIfobia no Brasil. (OBSERVATÓRIO, 2021)

2 Considera-se LGBTIfobia não apenas as mortes violentas com indícios diretos de ódio, mas também os casos de LGBTIfobia estrutural, que surge “como mobilizador do fracasso da autoestima da pessoa, minando suas forças para construir estratégias de sobrevivência em meio a tantas incompreensões e dificuldades de toda ordem, ainda mais desgastante para as minorias sexuais, desde financeiras, relacionais, afetivas entre outras.” (OBSERVATÓRIO, 2021, p.17)

3 O termo heteronormatividade, cunhado em 1991 por Michael Warner, é então compreendido e problematizado como um padrão de sexualidade que regula o modo como as sociedades ocidentais estão organizadas. Trata-se, portanto, de um significado que exerce o poder de ratificar, na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexos diferentes. (PETRY; MEYER, 2011 p. 196)

às informações importantes para a construção de um ambiente mais inclusivo e baseado no respeito às diferentes formas de ser e existir no mundo.

A presente pesquisa teve como base teórica metodológica o enfoque de pesquisa dialética, pois se fez necessário a explanação histórica dos assuntos abordados, como também os desafios enfrentados para sua efetivação de forma eficaz da pesquisa em questão, que teve como objeto de estudo a escola e as famílias homoafetivas no contexto brasileiro.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou apreender sobre como acontece a relação entre a escola e as famílias homoafetivas na atualidade, buscando compreender o seu significado na expressão das relações humanas. Assim, sob uma perspectiva dialética, a busca foi trazer um assunto presente e relevante de discussão em sociedade, uma vez que, cada dia que se passa percebemos diferentes configurações familiares em nosso cotidiano e não podemos deixar passar despercebido, nem mesmo deixar de nos questionar, como acontece o convívio de famílias homoafetivas no contexto escolar, em um país com um longo histórico de preconceitos e discriminações como o Brasil.

A fim de alcançar os objetivos deste trabalho, a pesquisa se configurou como uma pesquisa exploratória, que possibilitou maior conhecimento sobre o tema e proporcionou maior aprofundamento sobre as questões relacionadas à problemática que envolveu escola e famílias homoafetivas.

Quanto aos procedimentos, o presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Gil (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica é realizada “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, onde é possível a partir da coleta dos dados analisar materiais já produzidos acerca do problema suscitado. Utilizei leituras e análises de autores/as como: DIAS (2012), MAGALHÃES (2009), NICHNIG (2014), ZAMBRANO (2008) dentre outros/as.

O critério utilizado para escolher o conteúdo de referência deste trabalho, é fruto de indicações orientadas e pesquisas realizadas de materiais já publicados e disponibilizados em sites e revistas que abordaram o tema Escola e famílias homoafetivas. Quanto à forma de abordagem a pesquisa caracteriza-se como qualitativa pois permite retratar a realidade de uma forma ampla, observando as dimensões presentes no problema possibilitando assim encontrar novos aspectos com relação ao marco teórico da temática pesquisada.

A revisão da literatura foi realizada explorando os conceitos sobre as configurações familiares na atualidade, buscando delimitar as possibilidades de se formar família, em seguida nos atemos a conhecer a realidade das famílias homoafetivas no contexto escolar e identificar possíveis manifestações de preconceitos a partir do material levantado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Por muito tempo a sociedade enxergou a homossexualidade como uma doença, que precisava de cura e mesmo sendo retirada da lista de doenças⁴, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), muitas pessoas insistem em continuar apontando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais variações (LGBTI+)⁵ como se fossem anomalias e não pudessem usufruir dos direitos permitidos por lei.

A partir da luta por direitos, de diferentes organizações, atualmente a comunidade LGBTI+ goza de importantes direitos, que muitos morreram sem conseguir beneficiar. Como por exemplo, casar e poder adotar crianças, são consideradas conquistas recentes, apesar de continuar no imaginário da população mais conservadora, que LGBTI+ vivem na promiscuidade, e consideram inaceitável o desejo destes, de constituir uma família.

2.1. Atuais configurações familiares

De acordo com Carnut e Faquim (2014), o conceito de família se modifica conforme o tipo de sociedade, o tempo e a sua estrutura social, na medida em que sofre as influências dos acontecimentos sociais. Os/as autores/as trazem a ideia de classificação da composição familiar, em que a família pode ser classificada em: família nuclear (incluindo gerações com filhos/as biológicos/as), famílias extensas (incluindo três ou quatro gerações), famílias adotivas (que podem ser bi-raciais ou multirraciais), casais, famílias monoparentais (que podem ser chefiadas por pai ou

⁴ Em 17 de maio de 1990 a OMS retira a homossexualidade da classificação de doenças. E a retirada da transexualidade foi anunciada em junho de 2018 e só entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. (VEIGA, 2020)

⁵ Em acordo com os grupos Acontece Arte e Política LGBTI+ e o Grupo Gay da Bahia (2021), será utilizada a sigla LGBTI+ que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e demais variações Biológicas de Sexo, Identidades de Gênero e Orientações Sexuais não hegemônicas.

mãe), casais homoafetivos (ou homoparentais, com ou sem crianças), famílias reconstruídas (após divórcio) e, por fim, várias pessoas vivendo juntas sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

A respeito de casais homoafetivos, Carnut e Faquim (2014) destacam:

Essas famílias são constituídas por pessoas do mesmo sexo que têm filhos via três caminhos: (a) *reconstituição* – um dos parceiros traz para a relação homossexual os filhos do casamento anterior; (b) a *adoção* - legalizada ou não; (c) a *co-parentalidade* – em que um dos membros do casal gera uma criança com uma pessoa que oferece parceria biológica e o filho passa a fazer parte do núcleo parental do pai ou mãe homossexual. (CARNUT e FAQUIM, 2014, p. 65. Grifo dos autores)

Tannuri (2017) discorre sobre as diferentes configurações de famílias, da seguinte maneira:

Há, por exemplo, formas do exercício de ser pai e mãe que destoam do modelo conservador: a pluriparentalidade, quando pais em novas uniões estabelecem vínculos de seus filhos com novos pais afetivos/adotivos; a coparentalidade, quando casais amigos decidem dividir a filiação não em uma relação amorosa, mas amistosa; a monoparentalidade, quando pais e/ou mães optam pela filiação estando solteiros. Ao lado dessas novas configurações familiares, a homoparentalidade existe quando a condição afetivo-sexual dos pais e/ou mães se dá por pessoas do mesmo sexo. (p. 34-35)

Percebe-se as diferentes possibilidades de se constituir e se considerar família, bem como, as diferentes formas que casais homossexuais possuem de viver a experiência de terem filhos/as, seja proveniente de filiação anterior à união homossexual, seja por adoção ou por meio de reprodução assistida.

No decorrer desta pesquisa, observou-se duas formas de denominar as famílias formadas por casais homossexuais, a primeira é o conceito homoafetivo, utilizado com maior frequência no âmbito jurídico, para designar a união conjugal entre pessoas do mesmo sexo. Segundo a autora Claudia Nichnig (2014, p. 33):

Este conceito surge no campo jurídico e foi utilizado primeiramente pela advogada e desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, para realçar que o afeto é um aspecto central também nos relacionamentos que fogem à norma heterossexual. Assim, a comprovação do afeto nessas relações fez com que algumas advogadas e advogados, primeiramente aquelas vinculadas ao Instituto Brasileiro de Direito da Família – IBDFAM, utilizassem esse termo para defender o direito de pessoas que possuem uniões com outras do mesmo sexo.

A autora ressalta que o conceito homoafetivo, foi considerado mais apropriado pelo Direito, para tratar das questões relacionadas ao direito de família.

Isso porque este conceito remete a uma perspectiva de família, ao enfatizar a afetividade nas relações conjugais.

Em algumas bibliografias também foi possível perceber uma outra denominação para as famílias homoafetivas, como a exemplo do trabalho realizado por Elizabeth Zambrano (2008), onde apresentou em sua tese de doutorado, as famílias formadas por homossexuais, travesti e transexuais, e utilizou a terminologia Homoparental. A autora explica o significado da seguinte maneira:

O termo “homoparentalidade” é um neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, para nomear a situação na qual pelo menos um adulto autodesignado homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança (GROSS, 2003, apud ZAMBRANO, 2008, p. 16)

Na medida em que a realidade brasileira é traçada por muitos preconceitos em relação a toda a comunidade LGBTI+, quando estes/as optam por construir uma família com a presença de filhos/as, se torna um problema bem maior na visão de uma sociedade conservadora.

A autora Selma Reis Magalhães (2009), discorre em seu texto intitulado “Família e escola no processo educacional de filhos e filhas de pais homossexuais”, a problemática da paternidade gay, numa sociedade onde os valores morais são ligados à heterossexualidade. Em entrevistas cedidas para sua pesquisa, diferentes professoras afirmaram que filhos/as de casais homossexuais, não apresentam nenhum comportamento homossexual, este considerado um pensamento comum no imaginário de uma parcela da população. Descreve ainda, essa temática, enquanto uma polêmica difícil de ser solucionada, pois vivemos em uma sociedade que trata a família e escola com princípios conservadores e ainda resiste em compartilhar dos novos valores familiares na contemporaneidade. (MAGALHÃES, 2009, p. 150)

2.2. Famílias homoafetivas no contexto escolar

Inquestionavelmente a presença da família homoafetiva em diferentes espaços não é nem cogitada, muito menos respeitada, porém, a escola não deveria estar nesta lista. A escola, enquanto entidade formadora, assume uma importante função na formação cidadã de todos/as estudantes.

Cabe lembrar que “[...] não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças, a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias.”. (BRASIL, 1997, p.84). Além disso, sabe-se que a escola pode ser lugar de reprodução de desigualdades e diferenças, separando estudantes por classificação ou hierarquização. Guacira Louro (2010) afirma:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem sujeitos. (LOURO, 2010, p.58)

Buscando pensar sobre o efeito que essas diferenças podem exercer na formação dos/as estudantes, cabe a escola assumir um papel importante na mediação da construção de valores, bem como promover uma visão crítica e participativa, com intuito de construir uma relação positiva na sociedade.

Ao analisar o estudo de caso intitulado: “A homofobia com crianças filhos/as de casais homossexuais em contexto escolar”, Oliveira (2015) discorre sobre um casal tentar esconder da escola o modelo de organização familiar homoafetiva, na qual estavam inseridos, demonstrando desconfiança dos pais em relação à escola do filho. A pesquisadora narra as falas e ações de algumas servidoras da escola, que permite justificar o receio dos pais em não se sentirem confortáveis em falar abertamente sobre a orientação sexual, o que demonstrou uma falta de respeito e preconceito vinda do ambiente escolar.

A escola tem o dever de saber ou no mínimo buscar informações a respeito de como é o convívio familiar de seus discentes, a aliança escola e família deve ser firmada para uma melhor educação. Logo, a escola deve ser parceira da família e não vista como uma inimiga, da qual deva ser preciso omitir fatos importantes e necessários ao pleno desenvolvimento das crianças.

Após a leitura atenta de diferentes cenas que demonstram estranhamento advindos de algumas funcionárias da escola, a pesquisadora assegura que “a escola, instituição também a serviço da produção e reprodução de valores

hegemônicos, tem contribuído para o cultivo e reprodução de práticas homofóbicas” (Oliveira, 2015, pág. 10), desta forma se opondo ao que deveria ser o ambiente ideal para serem descartados discursos preconceituosos e direcioná-los ao respeito a toda forma de diversidade em sociedade.

Tannuri (2017) apresenta em sua pesquisa os mitos apontados pela comunidade acadêmica no que diz respeito a família homoafetiva, e as possíveis consequências negativas que a convivência com estas famílias trariam aos filhos/as.

No decorrer de sua pesquisa, o autor traz falas de pais e mães em relacionamentos homoafetivos, que discorrem sobre suas experiências vivenciadas com a escola. Algumas pessoas descrevem que nunca sofreram nenhum tipo de discriminação ou preconceito por parte da escola, outras afirmam que sim, que pretendem mudar a criança de escola assim que possível. Outras famílias optam por não falar abertamente sobre o assunto, como também casos onde foram apresentadas falas de xingamentos proferidos por estudantes, mas que a escola se posicionou e resolveu a situação.

O trabalho de Tannuri (2017), apresenta dados onde 60% de pais/mães homoafetivos afirmam não ter nenhum conflito com a escola e 40% não se trata de homofobia explícita, mas que se apresenta de uma maneira mais sutil. A partir desta pesquisa o autor conseguiu concluir que existem sim tensões de violência contra as famílias homoafetivas e que essa violência também se estende ao ambiente escolar.

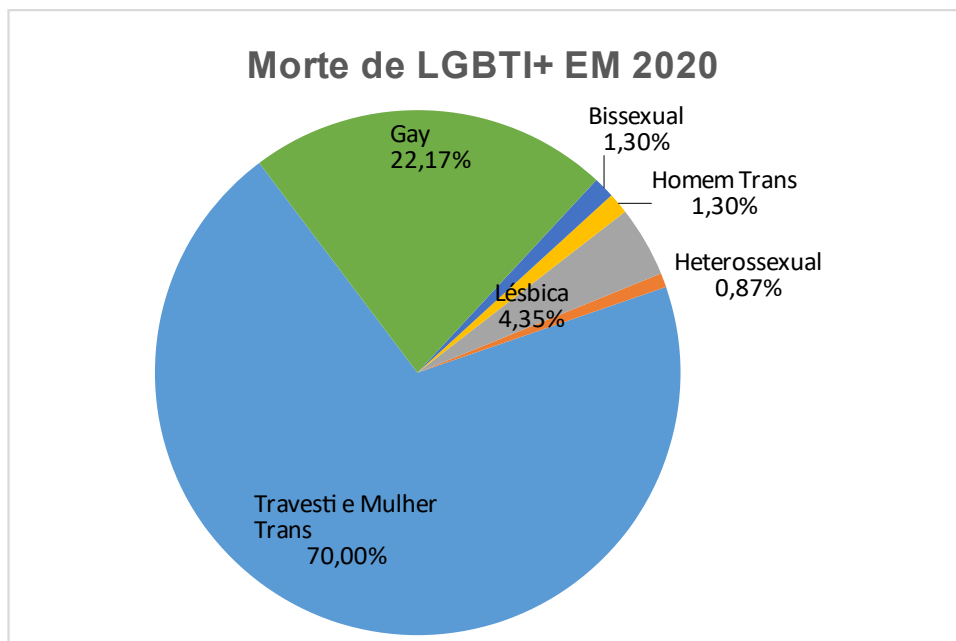
2.3. Manifestações de LGBTIfobia nas escolas

Sabe-se que vivemos em um dos países, que estatisticamente mais mata LGBTI+, mesmo não existindo leis que proíba a prática homossexual, como em alguns países espalhados pelo mundo, o Brasil continua matando e ferindo por motivos de ódio e discriminação à orientação sexual. O Relatório do Observatório das Mortes Violentas de LGBTI+ No Brasil – 2020, realizou o levantamento dos seguintes dados:

No ano de 1990, foram assassinadas no Brasil 164 LGBTI+, vinte anos depois, em 2010, foram assassinadas 260 LGBTI+ no Brasil, um aumento de aproximadamente 60% no número de mortes. Entretanto, o maior número de mortes registrado foi no ano de 2017, quando foram documentadas 445 mortes de LGBTI+ no Brasil, segundo o relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia (2018). Em 2020 observa-se novamente uma queda no registro de mortes motivadas pela LGBTIfobia em nosso país, comparativamente ao ano de 2019, 2020 registrou uma queda

de 28% acumulando um total de 237 mortes. Apesar da redução quantitativa, ressalte-se que não existem motivos reais e factíveis para se comemorar, a redução no número de mortes motivadas pela LGBTIfobia não se deu pelo incentivo do Estado na promoção de políticas públicas de inclusão e proteção desse segmento, mas sim, por uma oscilação numérica imponderável e pela enorme subnotificação identificada durante as buscas, pesquisas e registros e também pelo desmonte – a partir de 2018 – dos investimentos em políticas públicas, campanhas de incentivo à denúncia e proteção às vítimas. (OBSERVATÓRIO, 2021, p. 10)

É possível observar de forma assustadora os números de mortes apresentados acima, o Observatório (2021) alerta ainda, para o fato de não poder comemorar a queda significativa das mortes causadas por LGBTIfobia no ano de 2020, pois a pandemia causada pela COVID-19⁶, diminuiu a mobilidade das pessoas, por meio do isolamento social, medida que obrigou brasileiros/as a ficarem em suas residências.



Fonte de dados: Observatório das Mortes Violentas de LGBTI+ No Brasil – 2020. (2021)

No ano de 2020 registrou-se 161 (cento e sessenta e uma) mortes causadas por transfobia contra travestis e mulheres trans, 51 (cinquenta e uma) mortes de gays causadas por homofobia, 10 (dez) mortes por lesbofobia, 3 (três) mortes de homens trans, 3 (três) mortes causadas pela bifobia e por último 2 (dois)

⁶ Doença causada por um novo coronavírus denominado SARS-CoV-2. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tomou conhecimento deste novo vírus em 31 de dezembro de 2019, após receber a notificação de um grupo de casos de “pneumonia viral” em Wuhan, na República Popular da China. (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021)

heterossexuais que foram mortos por não se comportarem dentro do padrão da norma heterossexual.

Dessa maneira a comunidade LGBTI+ precisa viver em constante vigilância, pois tudo que almeja fazer na vida, como construir uma família por exemplo, se torna alvo de ataques constantes na sociedade. Maria Berenice Dias (2012) apresenta em seus escritos, o seguinte posicionamento:

A enorme resistência em aceitar a homoparentalidade decorre da falsa idéia de que são relações promíscuas, não oferecendo um ambiente saudável para o bom desenvolvimento de uma criança. Também é alegado que a falta de referências comportamentais pode acarretar sequelas de ordem psicológica e dificuldades na identificação sexual do filho, mas estudos realizados há longo tempo mostram que essas crenças são falsas. O acompanhamento de famílias homoafetivas com prole não registra a presença de dano sequer potencial no desenvolvimento, inserção social e sadio estabelecimento de vínculos afetivos. (DIAS, 2012, p.53)

Quando se trata de crianças crescendo em famílias homoafetivas, vê-se questionamentos vindo de grande parcela da sociedade, apontando diferentes maneiras que estas famílias têm de serem falhas e o quanto poderia afetar no desenvolvimento e educação de seus/suas filhos/as. Uma das problemáticas apontadas por diversos/as pesquisadores/as encontradas durante a pesquisa, se trata do preconceito que as crianças poderiam sofrer por serem filhos/as de pais homossexuais. Para exemplificar essa afirmação, segue abaixo um diálogo realizado para um estudo de caso, entre as autoras Cadete; Ferreira; Silva e um aluno do 3º ano do 1º ciclo, numa escola pública de Recife-PE, (2012, p. 106-107):

Pesquisador - Então, essa não pode ser família? [mostrando, para a criança, uma imagem de família homoparental]

Aluno - Não.

Pesquisador - Você nunca viu uma família assim?

Aluno - Não.

Pesquisador - E se você visse, o que é que você iria achar?

Aluno - Ruim.

Pesquisador - Ruim? Por que é ruim ter uma família assim?

Aluno - Porque é errado.

Pesquisador - Errado por quê? O que tem de errado com uma família assim?

Aluno - Porque tem duas mulheres.

Pesquisador - Não pode, não, ter duas mulheres?

Aluno - Pode não.

Pesquisador - E pode ter como?

Aluno - Um homem e uma mulher.

Foi possível analisar, a partir das respostas do aluno, que existe uma certa resistência em conceber a família homoafetiva, enquanto uma família real, sendo considerada como algo ruim ou errado, bem como reconhecendo como única forma correta, a formação familiar entre homem e mulher.

As autoras entrevistaram, alunos/as e demais servidores/as da escola, buscando identificar as concepções que possuíam em relação à família, bem como apontar motivos que justificassem rejeitar ou aceitar a família homoparental. Desta forma, conseguiram perceber, após analisar as narrativas, que a visão de família estruturada estava atrelada a questões morais, ou seja, religião e à ética. Na opinião de algumas entrevistadas “uma formação familiar diferente desta, como, por exemplo, a homoparental, é vista de forma preconceituosa e como determinante da manifestação sexual dos filhos, ou seja, filhos de pais homossexuais serão também, homossexuais. (CADETE; FERREIRA; SILVA, 2012, p. 109)

Na pesquisa de Corrêa (2015) sobre famílias homoparentais e escola, a LGBTIfobia pode ser percebida em dois momentos, inicialmente pela resistência de encontrar escolas que aceitassem realizar a pesquisa com a presente temática, alegando não existir crianças matriculadas vindas de famílias homoparentais. E o segundo momento se configura quando a pesquisadora vai até a Secretaria de Educação do município, colhe a informação que este não é considerado um dado relevante e a Secretaria também desconhece a existência da família homoparental com filhos/as matriculados/as na rede de ensino, indicando a negação da identidade da família homoafetiva.

Vale lembrar que a invisibilidade também é identificada como uma forma de preconceito, ou seja, quando a singularidade de uma família não é vista, ela acaba sendo tratada como as demais ou sendo excluída, deixando a margem da escola, como se não tivessem nenhuma importância para a comunidade.

3. MÉTODO

Foi realizada a revisão da literatura sobre os temas: atuais configurações de família na atualidade, com enfoque na família homoafetiva, homoparental, buscando compreender a relação com a comunidade escolar e a existência de manifestações LGBTIfóbicas.

Quanto à forma de abordagem a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois permite ao/a pesquisador/a descrever as análises dos dados coletados, bem como fazer uma “abstração, além dos dados obtidos, buscando possíveis explicações (implícitas nos discursos ou documentos), para estabelecer configurações e fluxos de causa e efeito.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 114). Dessa maneira, permite retratar a realidade de uma forma ampla, observando as dimensões presentes no problema, possibilitando encontrar novos aspectos com relação ao marco teórico da temática pesquisada.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, construída a partir da coleta dos dados de artigos, teses, livros, dentre outros materiais produzidos acerca da temática pesquisada. Gil (2008, p.51), discorre sobre a diferença entre a pesquisa bibliográfica e documental, enquanto a primeira utiliza-se da contribuição de diferentes autores/as sobre um assunto específico, na pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”

Quanto à análise dos dados, a pesquisa se configura como uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2008, p.27) “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” Sendo assim, possibilitar conhecimento sobre o tema e maior familiaridade e aprofundamento sobre as questões que envolvem o contexto escolar e as famílias homoafetivas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A questão norteadora desta pesquisa tratava-se de analisar, a partir de pesquisas documental e bibliográfica a quantas andam a relação entre a escola e as famílias homoafetivas. Dessa maneira, compreender o que houve de avanços ou retrocessos e quais as perspectivas dessa realidade na sociedade brasileira.

No decorrer da pesquisa é possível notar que, além de ser difícil ser LGBTI+ no Brasil, também é muito difícil pesquisar sobre. Pois existe a dificuldade de encontrar escolas que queiram participar das pesquisas, bem como da

resistência em falar sobre uma temática, que para algumas pessoas, envolvem um posicionamento político ou religioso.

Atualmente, as escolas têm matriculadas na rede de ensino, crianças com diferentes configurações familiares e a questão que fica é: até quando as escolas vão continuar perpetuando atividades das quais muitas crianças não se enquadram ou não se reconhecem? Por que realizar festas para os pais, quando muitas crianças são criadas por mães solo, por avós ou nunca foram se quer registradas com o sobrenome de um pai?

O padrão heteronormativo resiste na sociedade brasileira na qualidade de norma norteadora e no contexto escolar não apresenta ser diferente. As escolas continuam a invisibilizar a existência de famílias homoafetivas e é preciso muito ainda para avançar. Foi possível perceber o quanto as escolas recuam sobre as temáticas de gênero e sexualidade, sobre o quanto resistem em compreender as famílias homoafetivas enquanto uma família. Falta respeito, falta empatia e falta formação continuada para muitos/as docentes, que não tiveram a oportunidade de aprender sobre, na graduação.

Acredita-se que a presente pesquisa possa contribuir para a reflexão de profissionais da educação, quanto ao relacionamento que venham estabelecer com famílias homoafetivas, que independentemente de suas crenças pessoais, aprendam a lidar de maneira ética e responsável, visando contribuir para a construção de uma sociedade menos LGBTIfóbica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se discorrer sobre as atuais configurações de famílias, voltando o olhar para as famílias homoafetivas, a fim de compreender sobre como a escola lida com essa realidade familiar. Com o passar do tempo percebemos as mudanças que ocorreram no âmbito da família, onde o núcleo familiar se modifica e passa a ter inúmeras possibilidades e a escola também passa a carregar o papel de proporcionar as crianças uma formação completa.

Diante dessa pesquisa, pode-se considerar que a realidade das famílias homoafetivas/homoparentais no contexto escolar, ainda é manifestada por diversas maneiras de LGBTIfobia, seja por parte de discentes, servidores/as ou de outros/as pais/mães.

O relacionamento com a escola é normalmente visto pelo distanciamento e desinteresse sobre a composição destas famílias. É possível perceber a falta de reconhecimento e a invisibilidade dada, pode-se perceber um preconceito velado e apresentado como uma preocupação com o futuro das crianças, criadas em ambientes homoafetivos. Após analisar a bibliografia para o presente trabalho, percebe-se o quanto a diferença ainda é vista de uma maneira negativa, em vez de ser discutida como uma possibilidade de aprimorar a formação dos/as discentes.

Diante do exposto, torna-se significativo ressaltar a importância de a escola estar ciente da realidade em que cada discente convive, para desta maneira conseguir fazer as devidas intervenções quando necessárias, bem como, atender as necessidades e especificidades de cada família. Sem a utilização do discurso que são todas iguais e são tratadas iguais, pois em cada família existe sua própria configuração e merece ser respeitada e tratada a partir de sua individualidade.

Nessa perspectiva, sabe-se que a compreensão sobre a família homoafetiva na sociedade, ainda está longe de ser vista de maneira satisfatória por toda a população, porém muito já se caminhou e não podem haver mais retrocessos. Nesse sentido, a escola é fundamental para uma educação baseada no respeito às diversidades, logo, se torna relevante a realização de formação continuada aos/às profissionais da educação, visando contribuir com uma sociedade desprendida de preconceitos, que respeita e acolhe as diferentes configurações de famílias.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CADETE, Vandernúbia Gomes; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; SILVA, Dayse Bivar da. **Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: Um estudo de caso.** Interação em Psicologia, Curitiba, v. 16, n. 1, jun. 2012. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/13947/19720>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CARNUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. **Conceitos de família e a tipologia familiar:** aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. 2014

CORRÊA, Semíramis Martins. **Discussões acerca da homoparentalidade na escola: um estudo de caso em uma turma de educação infantil de uma escola da rede pública municipal de Bagé/rs.** 2015. 42 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação e Diversidade Cultural, Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Família homoafetiva. Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidades**, v.2, n. 03, p. 39-63, 27 nov. 2012.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Selma Reis. **Família e escola no processo educacional de filhos e filhas de pais homossexuais.** 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2009.

NICHNIG, Claudia Regina. **Os conceitos têm história: os usos e a historicidade dos conceitos utilizados em relação à conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.** Revista Gênero e Direito, 2014.

OBSERVATÓRIO de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. 1. ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, p. 79, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

OLIVEIRA, Anna Luzia De. **A homofobia com crianças filhos/as de casais homossexuais em contexto escolar.** Anais II CONEDU. Campina Grande: Realize

Editora, 2015. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/15171>>. Acesso em: 28/11/2021 14:26

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde: Folha informativa sobre COVID-19. O que é a COVID-19? 13 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, 14 jul. 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

TANNURI, João Guilherme de Carvalho Gattás. **O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com a escola de seus filhos: tensões entre aceitação e discriminação**. Rio Claro, 2017

VEIGA, Edison. **Há 30 anos, OMS removiu homossexualidade da lista de doenças**. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as/a-53447329>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Nós também somos família**: Estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. Porto Alegre, 2008.